

DICAS FINAIS

DANIELA PASSOS - URBANIZAÇÃO

- ✓ Contexto da introdução do período republicano;
- ✓ Cidade Progresso com hierarquia social através da divisão inicialmente feita por zonas;
- ✓ Projeto baseado no cientificismo: artéria e veias (corpo saudável, Hausmann) e no positivismo.
- ✓ Busca contínua por modernidade;
- ✓ Primeira cidade planejada do Brasil;
- ✓ Comparações com SP e RJ: São Paulo igual na questão higienista, porém sem grandes intervenções do poder público. RJ haussmaniana com grande intervenção de Pereira Passos.
- ✓ Negação da participação política o que contrariava os princípios de liberdade e igualdade, utilizando mecanismos de disciplina social.
- ✓ Fica característico que a intervenção em BH, SP e RJ além de preocupação com a recuperação urbana era discriminatória e excludente, e no centro urbano favoreceu os proprietários de imóveis.
- ✓ Busca constante por manutenção da ordem pública (repressão através da polícia) e vigilância e repressão sistemática. Os populares viviam da arbitrariedade e a violência da polícia no espaço público, o que demonstra por parte do estado a preocupação de controle da massa social.
- ✓ Era considerado cidadão apenas uma pequena elite;
- ✓ BH era vista como a capital modelo do período republicano.

ROGÉRIO ARRUDA – BH E LA PLATA

- ✓ Comparativo entre BH e La Plata, que buscavam a modernidade dos fins do século XIX.
- ✓ Baseadas em idéias de Hausmann com caráter civilizatório visando o progresso com características elitistas e excludentes com hierarquia social.
- ✓ Em BH destaca as disputas entre mudancistas e não mudancistas e seus respectivos meios de comunicação, relatando o processo de escolha do local para ser a nova capital (Belo Horizonte, Paraíba, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora).
- ✓ Relata os principais envolvidos na fundação da nova capital: Augusto de Lima (decreto da transferência e indicação para ser BH) Afonso Pena (decreto da mudança de escolha de BH para ser a nova capital) Bias Fortes (inaugura a Cidade de Minas e 1897) e Aarão Reis o chefe responsável pelo projeto e construção da capital).
- ✓ Aponta o mito fundador de La Plata: Dardo Rocha responsável por toda condução dos trabalhos da construção da nova capital de Buenos Aires, inclusive pela celeridade com que aconteceu decisão da nova capital. Diferente de BH que demorou bastante.
- ✓ La Plata representou o sonho de uma nova Buenos Aires;
- ✓ BH simbolizou a expectativa da integração econômica do estado, o que não aconteceu de forma imediata.
- ✓ BH e La Plata surgiram como cidades-modelo, ideais que rapidamente demonstraram as distâncias entre seu planejamento e sua execução
- ✓ A construção das duas cidades significou a tentativa de ingresso na modernidade industrial em países que ainda se apegavam às suas vocações agrárias, situação que será ultrapassada somente em meados do século XX.
- ✓ Cidades marcadas por manutenção conservadora das estruturas de poder e por sua face excludente.

MARCELO CEDRO – JK E MODERNIZAÇÃO

- ✓ Intervenção de JK é fruto das ações do seu tempo, utiliza o que era discutido de forma mais moderna para urbanização na sua época a Carta de Atenas.
- ✓ Buscou retomar o projeto de modernização da cidade com ajustes visualizados a partir das idéias de Le Corbusier;
- ✓ Criou a Pampulha e seu arrojado complexo arquitetônico contando com o Oscar Niemayer, Cândido Portinari.
- ✓ Buscou eliminar os cortiços que enfeavam a cidade, como solução lançou os conjuntos habitacionais. Remoção para lugares arquitetonicamente constituídos.
- ✓ Assim como em tempos anteriores podemos dizer que buscou zoneamentos urbanos delimitados pelas questões econômicas da população. Utilizou da segregação espacial e das propostas higienistas (Hausmann).
- ✓ Buscou preservar a memória da cidade através do Museu Histórico de Belo Horizonte.
- ✓ De cunho positivista, Juscelino Kubitschek “não despreza a ordem porque ela é companheira do progresso”, ou seja, mantém a visão do projeto inicial da cidade.
- ✓ JK deu continuidade ao mesmo discurso e modelo administrativo, não deixando que Belo Horizonte se acomodasse em seu traçado estético urbano.
- ✓ Le Corbusier, contribuía para incrementar o discurso de modernidade e progresso proferido por Juscelino Kubitschek.

FRANCIS ALBERT E WELLINGTON TEODORO – FAVELIZAÇÃO

- ✓ Relata historicamente as favelas criadas em BH desde 1895, ou seja, antes mesmo da inauguração da capital.
- ✓ Fala das características excludentes e da forma de tratamento dada pelo poder público a esta população em crescente crescimento.
- ✓ Em 1902 criou-se a vila operária e foi feita a primeira remoção. É bom lembrar que até a década de 80 teremos o caráter remocionista em BH.
- ✓ Aponta que as favelas que não estavam à vista do poder público inicialmente não tiveram problemas, o que em 1930 mudou, pois pela primeira vez se associa-se a idéia de periculosidade as favelas, sendo necessário a partir daí aspecto controlador remocionista.
- ✓ A partir dos anos 40 as favelas começam a aparecer na região metropolitana principalmente em Contagem por causa da Cidade Industrial. Nessa época assistiu-se o processo de reabertura política e a constituição das Uniões de Defesa Coletiva e a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte.
- ✓ Em 1955 foi criado o Departamento de Bairros Populares e fica definido que as remoções só se fariam mediante construção de conjuntos populares.
- ✓ Na década de 60 pouca coisa se efetivou. Depois de 64 teremos na década de 70 a criação da CHISBEL: Coordenação de Habitação de Interesse Social atuou em 423 áreas da cidade, de onde removeu 10 mil barracos, cerca de 44 mil pessoas. Os moradores removidos recebiam indenizações insuficientes, o que provocou o surgimento de novas favelas em regiões mais distantes e o adensamento das existentes.
- ✓ A rearticulação dos movimentos de favelados e o processo de reabertura política, colocou a questão das favelas sob outro enfoque. Com a criação do Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM) que dará origem ao Pró Favela(Programa Municipal de Regularização de Favelas).
- ✓ Ocorreu a favelização das regiões próximas a Belo Horizonte devido a ingerência do poder público. Nesta regiões vai faltar condições de salubridade.

MOEMA DUTRA – PARADIGMAS DE SEGURANÇA

- ✓ Propõe a caracterização de três paradigmas que influenciaram a formulação de políticas de segurança desde a ditadura militar até hoje: a Segurança Nacional, a Segurança Pública e a Segurança Cidadã.
- ✓ Segurança Nacional: Ditadura Militar

Dimensão de análise	Descrição
1. Objetivo	Proteção dos interesses nacionais, associados às preferências dos detentores do poder.
2. Contexto histórico	Ditadura militar.
3. Conceito de violência	Ameaça aos interesses nacionais, soberania e ordem pública. Atos contra o Estado e elite no poder.
4. Papel do Estado	Eliminação de qualquer ameaça aos interesses nacionais, podendo ser adotados quaisquer meios para o alcance desse objetivo. Foco na atuação das Forças Armadas.
5. Papel dos indivíduos	Submissão plena aos interesses nacionais, definidos pela elite no poder. Indivíduos não participam das decisões. Direitos cassados.
6. Estratégia de política pública	Serviço de informações e inteligência para identificação de ações potencialmente ameaçadoras à ordem e interesses nacionais. Criação de instituições de repressão a qualquer ato percebido como subversivo.

- ✓ Segurança Pública: Constituição de 1988.

Dimensão de análise	Descrição
1. Objetivo	Preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
2. Contexto histórico	Redemocratização do país, elaboração da nova Constituição, fortalecimento da cidadania, movimento de descentralização e fortalecimento das competências de estados e municípios.
3. Conceito de violência	Ameaça à integridade das pessoas e do patrimônio.
4. Papel do Estado	Controle e prevenção da violência. No entanto, maior foco é dado às estratégias de repressão à violência. Papel preponderante das instituições policiais na implementação da política de segurança.
5. Papel dos indivíduos	Direito ao voto é restabelecido. O texto constitucional menciona que a segurança é papel de todos. No entanto, na prática, os indivíduos possuem pouca participação na política. Indivíduos como beneficiários das políticas de segurança.
6. Estratégia de política pública	Foco na atuação policial, principalmente em estratégias de controle da violência. Papel central dos estados na implementação das políticas de segurança, com o estabelecimento de diretrizes principais pela Secretaria Nacional de Segurança Pública. Sistema Único de Segurança Pública: estratégia de articulação entre os estados e integração de informações e ações.

- ✓ Segurança Cidadã: a partir de 2000

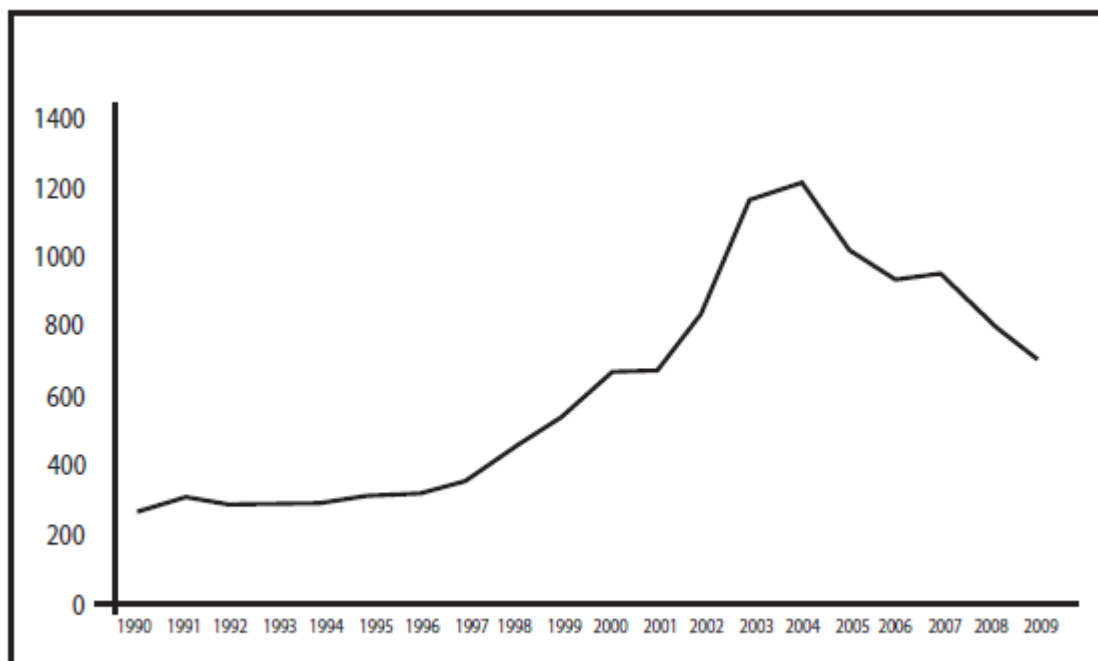
Dimensão de análise	Descrição
1. Objetivo	Promoção de convivência e cidadania, prevenindo e controlando a violência.
2. Contexto histórico	Consolidação dos direitos de cidadania. Fortalecimento da participação social e da atuação da sociedade civil. Crescimento da violência, demandando formas mais efetivas de prevenção e controle.
3. Conceito de violência	Fatores que ameaçam o gozo pleno da cidadania por parte dos indivíduos. Violência é multicausal, por isso demanda uma estratégia multissetorial de prevenção e controle.
4. Papel do Estado	Implementação de políticas setoriais articuladas, com foco no âmbito local. Governo federal, estados e municípios possuem papel nesse processo. Além das instituições policiais, instituições responsáveis pelas políticas sociais também participam da política. Nova importância é conferida à gestão local da segurança, em contraste com a perspectiva anterior que mantinha a esfera de atuação concentrada principalmente no âmbito estadual e federal.
5. Papel dos indivíduos	O cidadão é central nessa perspectiva. O indivíduo é o centro da política e seu principal beneficiário. Possui papel preponderante na gestão local das políticas de Segurança Cidadã.
6. Estratégia de política pública	Implementação de políticas setoriais integradas voltadas para prevenção e controle da violência. Fomento à participação dos cidadãos e ao desenvolvimento de ações direcionadas para a comunidade.

Luiz Eduardo – Política Nacional de Segurança Pública

- ✓ Descreve as sucessivas tentativas de formular e implantar políticas de segurança pública, em âmbito nacional, por meio da elaboração de planos, buscando-se compreender seus principais movimentos: avanços e recuos, pressões e reações, a indução e as negociações que marcaram a experiência recente dos diversos atores relevantes.
- ✓ Em 2000, Fernando Henrique Cardoso lançou o Plano Nacional de Segurança Pública, que vigorou por apenas dois anos. Criou o Fundo Nacional Segurança Pública. Na perspectiva histórica foi considerada positiva sua atuação uma vez que o governo Federal demonstra interesse por esta matéria.
- ✓ Já Luiz Inácio Lula da Silva lançou em 2002 o seu Plano Nacional de Segurança Pública, em no seu segundo mandato em, 2007, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Além disso, tentou criar o Sistema Único da Segurança Pública (SUSP) - uma espécie de SUS para a área da segurança. Encaminhado para o Congresso Nacional em 2007.
- ✓ Dilma Rousseff não deu continuidade aos planos do seu padrinho político. Em 2012, criou o Programa Brasil Mais Seguro, e, em 2015, o Programa Nacional de Redução de Homicídios.
- ✓ Já Michel Temer deu início ao Plano Nacional de Segurança em 2017 e em 2018 implanta pela Lei nº 13.675/2018, sancionada em 11 de junho, o Susp - Sistema Único da Segurança Pública que dá arquitetura uniforme ao setor em âmbito nacional e prevê, além do compartilhamento de dados, operações e colaborações nas estruturas federal, estadual e municipal.

LUIZ, LUCIA E BRAULIO – MERCADO DO CRACK E VIOLÊNCIA URBANA

- ✓ Analisar a dinâmica da incidência de homicídios na cidade de Belo Horizonte nas duas últimas décadas, a partir de alterações na conformação do mercado de drogas ilícitas.
- ✓ Os homicídios decorrentes do consumo e do comércio de drogas podem ter lugar em três contextos distintos: **efeito psicofarmacológico, compulsão econômica e Violência sistêmica.**
- ✓ Armas de fogo como status social o que traz letalidade na resolução de conflitos.
- ✓ Analisando o gráfico temos:



Fonte: DHPP-MG

1 – Evolução estável (1990 – 1996): a capital mineira vivencia patamares relativamente baixos de homicídios no início da série – com cerca de 300 homicídios por ano;

2 – Deterioração gradativa (1997 – 2004): alcança o nível mais elevado de ocorrências no ano de 2004, com mais de 1.200 mortes;

3 - Reversão de Tendência ou Evolução Negativa (2005 – 2009): retorna, no último ano da série, a valores significativamente inferiores ao período de pico vivenciado cinco anos antes.

- ✓ Em BH não identificamos organizações criminosas caracterizadas como empresas, com um corpo bem definido de funcionários e uma estrutura hierárquica verticalizada envolvendo todos seus componentes. Encontramos em BH organizações criminosas, conhecidas como se estruturam as redes de relacionamentos, o que é bastante singular.
- ✓ Crack gera consumidor compulsivo colocando os mesmos em situação de endividamento.
- ✓ O tráfico do crack tem o potencial de gerar epidemias de homicídios;
- ✓ A deterioração gradativa dos homicídios em Belo Horizonte foi revertida devido ação repressiva qualificada adotada pela Secretaria de Defesa Social, pela presença mais ostensiva da Polícia Militar de Minas Gerais nas regiões de maior violência, e da atuação como por exemplo do GEPAR e do Fica Vivo.

CAMILA CARDEAL – HISTÓRIA DA GUARDA

- ✓ Sobre a tese ter noção das leis que institucionalizaram a GCBH de desde 2003:
 - Lei 8486/2003 – GMPBH vinculada a SMSUP.
 - Decreto 11.566/2003 – Patrono da Guarda Embaixador Sérgio Vieira de Mello
 - Lei 9319/2007 – GMBH.
 - Lei 10.497/2012 – aprova o Plano de Carreira
 - Lei 13022/2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais.
 - Agosto de 2015, primeira vez que servidor de carreira assume o comando Rodrigo Sérgio Prates.
 - 2017: SMSP.
 - Lembrar do Isomorfismo Institucional.

MARIANA BRANDÃO E CAROLINA SOARES

- ✓ Política de preservação patrimonial lei 3802/84 criou o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de BH é o órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural de Belo Horizonte.
- ✓ 1993: A Diretoria de Patrimônio Cultural - DIPC (Fundação Municipal de Cultura) tem entre suas atribuições, a gestão e monitoramento das áreas já protegidas e de interesse de proteção histórico/cultural, fazendo a interlocução dessa política setorial com as demais políticas públicas da cidade. Além disso, a DIPC presta apoio técnico e administrativo ao CDPCM-BH, ao elaborar inventários de áreas e bens culturais de natureza material e imaterial e relatórios técnicos, assessora os proprietários de bens culturais, os investidores interessados em intervir em áreas protegidas e atende ao público em geral necessitado em obter informações sobre a política de proteção do patrimônio Histórico/Cultural. A DIPC também desenvolve, via Atelier de Acompanhamento de Projetos, projetos de restauração para imóveis tombados e presta assessoria técnica a arquitetos que estão desenvolvendo projetos em imóveis ou áreas protegidas.
- ✓ DIPC para proteção se apoia nos seguintes fundamentos: Tombamento específico, Registro Documental, Controle de Altimetria, Definição de diretrizes especiais, registro imaterial que inclusive conta com a lei 9000/04. Temo 2 tombados e 14 processos em andamento.
- ✓ Belo Horizonte conta com 23 Conjuntos Urbanos protegidos pelo CDPCM-BH.
- ✓ Além dos Conjuntos Urbanos, temos a proteção de bens móveis e integrados e as áreas de Diretrizes Especiais (ADEs) são 8.
- ✓ Incentivos a preservação:
 - Isenção de IPTU;
 - Transferência do direito de construir;
 - Programa “Adote um Bem Cultural”;
 - Leis de Incentivo;
 - Estabelecimento de medida compensatória acordada entre empreendedores e CDPCM-BH;

- Fundo de proteção do patrimônio cultural;
- Prêmio Mestres da Cultura Popular.

- ✓ Instrumentos de Promoção do Patrimônio:
 - Projeto Semáforos do Patrimônio Cultural;
 - Projeto piloto - Sinalização Interpretativa do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte;
 - Exposição e publicação de livro sobre o Registro Imaterial do Ofício dos fotógrafos lambe-lambes;
 - Publicação do livro do Registro Imaterial do Teatro;
 - Edição bianual dos calendários do Patrimônio Cultural, publicados desde 2001.

- ✓ Interfaces:
 - Intensa interlocução com outros órgãos da administração municipal, responsáveis pela gestão urbana e ambiental.
 - **SMARU** – exige em seus documentos de regulação urbana a **Informação Básica do Patrimônio**.
 - O documento acima ajuda DIPC a fornecer “**Carta de Grau de Proteção**” que só é emitida por vistoria local.
 - **SMMA** - processos de licenciamento e de regularização das Estações de Rádio Base (ERB's) e seus respectivos equipamentos para prestação de serviço de telefonia.

- ✓ Conjunto Moderno da Pampulha como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco: licenciamentos naquela região e entorno ficam sujeitos à análise e aprovação do **Comitê Gestor do Conjunto Moderno da Pampulha Patrimônio Mundial**, órgão responsável por promover a gestão compartilhada e a articulação entre as políticas municipal, estadual e federal naquela região. **O Comitê Gestor foi instituído por meio da Portaria N°340, do IPHAN, de 07/08/2015.**